



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Brasil manda golpismo para porão da história

Moraes encerra a ação que condenou Bolsonaro e aliados e determina o início do cumprimento das penas. Pela primeira vez no país, um ex-presidente e generais vão para a cadeia por tentar subjugar a democracia

» VINICIUS DORIA
» IAGO MAC CORD

Por considerar que não há mais possibilidade de apresentação de recursos, o ministro relator da Ação Penal 2668 — que corre na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) —, Alexandre de Moraes, declarou, ontem, o trânsito em julgado dos processos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres, o ex-diretor geral da Abin e deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) e quatro comandantes militares por participação na trama golpista que culminou no 8 de Janeiro de 2023. O trânsito em julgado significa o fim do processo judicial, cuja etapa derradeira é o **cumprimento da pena** pelos condenados, determinado, ontem, pelo magistrado.

As decisões de Moraes foram submetidas à avaliação dos outros três ministros da Primeira Turma desde às 18h de ontem, em sessão extraordinária do plenário virtual aberta pelo presidente do colegiado, ministro Flávio Dino. As prisões foram confirmadas por unanimidade na noite desta terça-feira.

Bolsonaro cumprirá a pena na Superintendência da PF em Brasília, onde está preso preventivamente desde sábado por violação da tornazeleira eletrônica que o monitorava enquanto cumpria prisão preventiva em regime domiciliar. Moraes acatou os argumentos da PF de que havia risco de fuga do ex-presidente, principalmente depois que o filho mais velho, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), convocou uma vigília de apoiadores nas proximidades do condomínio onde o pai mora. Na segunda-feira, a prisão preventiva foi mantida, por unanimidade, pelos outros

Rompimento

A condenação, a prisão e a possível expulsão de altos oficiais marcam um rompimento no histórico de investidas militares em governos e na política nacional desde a Proclamação da República, em 1889. A decisão de Moraes foi cumprida com total discrição. Todas as prisões foram realizadas poucas horas após a canetada do ministro.

magistrados da Turma.

Moraes também determinou que o Superior Tribunal Militar (STM) analise a perda da patente de Bolsonaro. O ex-presidente é capitão reformado do Exército, e a perda da patente depende de julgamento específico pela Justiça Militar. O ministro também oficiou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que Bolsonaro, por ter sido condenado definitivamente, está inelegível pelo prazo de oito anos a partir do fim do cumprimento da pena, como prevê a Lei da Ficha Limpa. Isso significa que ele, com 70 anos de idade, só poderia voltar a se candidatar em 2060, com improváveis 105 anos.

As defesas de Bolsonaro, Torres e Ramagem não apresentaram uma segunda rodada de embargos contra a sentença de prisão imposta pela Corte. Na primeira leva, os recursos do ex-presidente e mais seis réus (embargos de declaração) não foram aceitos pela Primeira Turma, responsável pelo julgamento dos envolvidos nos atos antidemocráticos. Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão, em regime fechado, por liderar a organização criminosa que conspirou para impedir a posse de Luiz

A condenação do núcleo crucial

Veja os crimes e as penas dos sentenciados na trama golpista



Pena
27 anos e 3 meses
Reclusão
24 anos e 9 meses

Pena
26 anos
Reclusão
24 anos



Pena
2 anos em regime aberto

Pena
21 anos
Reclusão
18 anos e 11 meses

Pena
16 anos, 1 mês e 15 dias, mais perda do mandato de dep. federal



Pena
24 anos

Pena
19 anos

Pena
24 anos

■ Apontado como chefe da organização criminosa pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin.
■ Apontado como chefe da organização criminosa pelo ministro Flávio Dino.

Inácio Lula da Silva como presidente da República.

Sentenciado a 24 anos de prisão, Torres pediu, ontem, por meio de seus advogados, para ficar preso na Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, mas Moraes determinou que ele fosse levado para o 19º Batalhão de Polícia Militar do DF, uma instalação conhecida como Papudinha, porque fica dentro do Complexo Penitenciário da Papuda (DF). O relator também decretou a perda do cargo de delegado federal de Torres.

Hoje, a partir das 13h, a Justiça promove as audiências de custódia

de todos os sete condenados do Núcleo Crucial, em sessões individuais de meia hora cada uma. Os sentenciados serão ouvidos por videoconferência dos locais em que estão para cumprimento da pena.

Em nota, Paulo Cunha Bueno, advogado de Bolsonaro, disse ter sido surpreendido com a decisão. “Cabe lembrar que, por ocasião do julgamento do ex-presidente Fernando Collor (AP 1025) e também do caso Debora Rodrigues dos Santos (AP 2508), só se certificou o trânsito em julgado após o ajuizamento dos embargos infringentes, sendo surpreendente para a defesa a

certidão de trânsito em julgado, com a inadmissibilidade de um recurso ainda não proposto”, enfatizou.

Filhos e soluços

Pela manhã, antes da decisão de Moraes de declarar o processo transitado em julgado, o ex-presidente recebeu a visita de dois filhos, Flávio e o vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ). Cada um pôde conversar com o pai por 30 minutos, separadamente.

Flávio foi o primeiro a entrar nas dependências da PF. Após a visita, relatou que o pai enfrentou uma crise

de soluços durante a noite. “É um homem de 70 anos. Aqui, ele fica sozinho na sala. A (ex-primeira dama) Michelle (Bolsonaro) comentou, ontem, durante nosso evento no PL, que é ela quem cuida dele à noite, quando ele tem crise de soluço”, afirmou.

Sobre a convocação de uma vigília justamente no dia em que o pai violou a tornazeleira eletrônica com um ferro de solda, o senador acusou Moraes de criminalizar uma manifestação pacífica. “Ele conseguiu criminalizar um ato religioso, pacífico. Conseguiu colocar numa decisão que esse é um método de organização criminosa: convocar uma vigília. A gente convocou a vigília, oramos pela saúde dele e por justiça neste país, e voltou todo mundo para casa. É um absurdo em cima do outro”, reclamou o parlamentar.

O senador disse, ainda, que Bolsonaro fez um apelo “direto” aos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para que avancem com a pauta da anistia. “É um pedido direto dele”, frisou Flávio.

Carlos Bolsonaro entrou logo depois. Na saída, criticou o tempo limitado imposto pela decisão judicial e demonstrou preocupação com o estado psicológico do pai. “A saúde emocional dele vem sendo propositalmente desgastada há muito tempo. Acredito que seja um processo premeditado. Mas estamos aqui para fazê-lo não desistir. Apesar de tudo, tenho certeza de que ele vai suportar mais essa investida covarde contra sua pessoa”, declarou.

Amanhã, será a vez do filho 04, o vereador de Balneário Camboriú Jair Renan Bolsonaro, visitar o pai na Superintendência da PF. A visita também terá duração de meia hora. (Colaboração Giovanna Sfalsin, Fernanda Strickland, Raphaela Peixoto e Vanilson Oliveira)

Desrespeito às instituições e defesa da ditadura

Ao longo de sua carreira política, o ex-presidente Jair Bolsonaro, proclamou sua nostalgia da ditadura. Como presidente, desafiou as instituições. Agora, o líder de extrema direita começa a cumprir a pena de 27 anos de prisão por atentar contra a democracia.

Nem mesmo o apoio declarado do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, conseguiu reverter a situação do ex-capitão do Exército.

Bolsonaro chegou ao poder em 2019 se apresentando como um outsider, embora já estivesse há

quase três décadas na política.

Nascido em 21 de março de 1955 no interior de São Paulo, em uma família de origem italiana, teve cinco filhos com três mulheres diferentes.

Com a atual esposa, Michelle — 27 anos mais jovem que ele — e seus três filhos mais velhos, forma hoje um clã político altamente ativo.

Tanto Michelle como seu filho senador Flávio Bolsonaro são cogitados como sucessores à frente da ala conservadora.

O filho Eduardo, deputado, passou a morar nos Estados Unidos,

onde trabalhou por sanções contra o Brasil, a fim de tentar livrar o pai da Justiça.

O ex-presidente nunca renegou os anos sombrios da ditadura militar (1964-1985), cujo “erro foi torturar e não matar” os dissidentes, afirmou antes de chegar à Presidência.

Após uma carreira militar marcada por episódios de insubordinação, Bolsonaro foi eleito deputado em 1991. Seu discurso direito sempre se manteve beligerante e causou polêmicas por comentários misóginos, racistas e homofóbicos. Em 2014, ele disse a uma

deputada que ela era “muito feia” para ser “estuprada”.

Pouco visível no Congresso, ele saiu das sombras após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. Seu discurso contra a corrupção, a violência, a crise econômica e a esquerda “podre” seduziu boa parte da população. Populista garantiu habilmente o apoio do agronegócio e dos evangélicos.

Na campanha presidencial de 2018, foi esfaqueado durante um comício. O incidente fez sua popularidade disparar.

O mandato na Presidência foi

marcado por crises, apesar de um balanço econômico relativamente positivo. Ele classificou o vírus que causou cerca de 700 mil mortes no Brasil como uma “gripezinha”, opôs-se ao confinamento, ao uso de máscaras e ironizou as vacinas que, segundo ele, poderiam “transformar” uma pessoa em “jacaré”.

Cético em relação ao clima, permitiu a expansão do desmatamento na Amazônia. Não hesitou em insultar líderes estrangeiros e isolou o Brasil no cenário internacional.

No segundo turno das eleições de 2022, Bolsonaro perdeu por

uma margem estreita para Lula, derrota que nunca reconheceu.

Comparado com Donald Trump por sua ideologia e estilo agressivo, o republicano tornou-se, na reta final, seu aliado mais importante.

O presidente americano impôs tarifas de até 50% às importações brasileiras em retaliação à “caça às bruxas” contra quem, segundo ele, é um “grande amigo” e um “grande cavaleiro”.

Muitas destas tarifas foram suspensas recentemente por Washington, após um encontro entre Trump e Lula.